

Eduardo Augusto Salomão **CAMBI**
Emerson **GARCIA**
Hermes **ZANETI JÚNIOR**

[ORGS.]

improbidade

ADMINISTRATIVA

principais alterações promovidas
pela Lei 14.230/2021



*Conselho Editorial*

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Leticia Robini

Diagramação

Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora

Copyright © 2022, Os Autores.

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORAD'PLACIDO.COM.BR INSTAGRAM:EDITORAD'PLACIDO

1217741

Catálogo na Publicação (CIP)

134 **Improbidade Administrativa : principais alterações promovidas pela Lei 14.230/2021 / Eduardo Augusto Salomão Cambi, Emerson Garcia, Hermes Zaneti Júnior (orgs.). - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022. 626p.**

ISBN 978-65-5589-513-1

1. Direito. 2. Direito Público. 3. Brasil - Lei 14.230, de 25 de outubro de 2021. I. Cambi, Eduardo, 1974-. II. Garcia, Emerson. III. Zaneti Júnior, Hermes. IV. Título.

CDDir: 341

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Apresentação: Alterações na Lei de Improbidade Administrativa.....	11
1. A insustentabilidade sistêmica do art. 17-D da nova Lei de Improbidade Administrativa: a criação de uma ação <i>sui generis</i> e o retrocesso protetivo de suas consequências.....	13
<i>Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis</i>	
2. Os limites negociais materiais e processuais na improbidade administrativa: o Acordo de Não Persecução Cível e o negócio jurídico processual.....	41
<i>Fernando Augusto Sormani Barbugiani</i>	
<i>Éllen Crissiane de Oliveira Cilião</i>	
<i>Thainá de Paula Belmiro</i>	
3. O microssistema processual coletivo sancionador anticorrupção.....	81
<i>Thadeu Augimeri de Goes Lima</i>	
4. Da ofensa à Constituição Federal e à Convenção de Mérida das regras de obrigatoriedade da oitiva do réu e proibição de presunção de urgência como requisitos para indisponibilidade de bens na Lei de Improbidade.....	107
<i>Milani Maurílio Bento</i>	

5. Atos de improbidade administrativa que violam os princípios da administração pública: as alterações da Lei n.º 14.230/21 e sua incompatibilidade com a Constituição Federal..... 123
Renato de Lima Castro
6. Acordo de Não Persecução Cível: desafio de efetividade frente aos parâmetros da Lei n. 14.230/2021..... 139
Marcela do Amaral Barreto de Jesus Amado
7. A simbiose entre políticas públicas e a efetivação dos direitos humanos: diálogo necessário com a Lei 14.230/2021..... 153
Anderson Ricardo Fogaça
Eduardo Cambi
José Laurindo de Souza Netto
Letícia de Andrade Porto
8. Gestão de processos para enfrentamento dos desafios impostos ao Ministério Público pela nova Lei de Improbidade Administrativa..... 179
Gladyson Sadao Ishioka
9. A (in)constitucionalidade do art. 17-B, §3º, da Lei de Improbidade Administrativa..... 205
Murilo Alan Vólpi
Matheus Tauan Vólpi
10. O dolo na nova LIA e a tentativa de tornar os critérios de imputação subjetiva do ilícito administrativo mais rígidos que os do Direito Penal..... 221
Fábio André Guaragni

11. Artigo 17-B, da LIA: Acordo de Não Persecução Cível e ampliação da resolução consensual coletiva.....247
Giovanni Vidal Guaragni
12. Improbidade por violação dos princípios da administração pública: uma reflexão acerca do elemento subjetivo.....263
Daniel Sousa da Silva
Wilson Euclides Guazzi Massali
13. Ação Civil Pública x Ação de Improbidade Administrativa.....287
Rogério Rudiniki Neto
14. Análise constitucional do prazo da prescrição intercorrente na Lei de Improbidade Administrativa.....305
Carla Campos Amico
Lucas Sidrim Gomes de Melo
Patrícia Gomes Ribeiro de Macêdo
Brena Monice Fernandes Chaves
15. Alinhamento constitucional e convencional da Lei nº 14.230/2021: a irretroatividade e o microsistema de tutela do direito fundamental à probidade administrativa.....325
Ana Paula Pina Costa
Paola Bianchi Wójciewowski
Fábio André Guaragni
16. A ouvida prévia do Tribunal de Contas na celebração do Acordo de Não Persecução Cível.....349
Fabiana Lemes Zamalloa do Prado

17. Vedação à modificação, na sentença, do tipo ímprobo imputado ao acusado: por uma filtragem constitucional da Nova Lei de Improbidade Administrativa à luz da noção de Direito como integridade..... 373
Alexandre de Castro Coura
Graziella Maria Deprá Bittencourt Gadelha
Luciano Rocha de Oliveira
18. Indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa: inconstitucionalidade da ordem estabelecida no art. 16, §11, da Lei nº 8.429/1992..... 393
Giovani Curioletti Pereira
Leonardo Dumke Busatto
19. A (in)constitucionalidade da prescrição intercorrente prevista no novo art. 23, § 4º e 5º, da Lei Federal n.º 8.429/92..... 413
Miryam Belle Moraes da Silva Falcão
Edson Netto Freitas Amaral
20. Do não enquadramento da improbidade administrativa no regime do Direito Administrativo sancionador: a inconstitucionalidade das atuais redações do art. 1º, §4º, e do art. 17-D da Lei de Improbidade Administrativa..... 431
Juliana Padrão Serra de Araújo
21. Improbidade administrativa, corrupção e a atuação possível do Ministério Público do Trabalho..... 451
Ileana Neiva Mousinho
Afonso de Paula Pinheiro Rocha

22. Da interpretação conforme a constituição do *caput* do art. 11, da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, e sua não taxatividade..... 465
Beatriz Azevedo de Oliveira
José Guedes da Fonseca Neto
23. Do insistente dolo para improbidade ao evidente dolo do legislador..... 485
Ana Luísa Rodia Martins Naslauský
João Marcelo Moreira Trovão
24. O inquérito civil no pós-reforma da Lei de Improbidade Administrativa: análise dos impactos das mudanças promovidas pela Lei nº 14.230/2021 no microssistema da tutela coletiva..... 501
Erinton Cristiano Dalmaso
25. A reforma à Lei da Improbidade Administrativa: reforma ou deforma ao regime jurídico de combate à improbidade administrativa?..... 521
Iaci Pelaes dos Reis
Milena de Sousa Carvalho
26. A “nova Lei de Improbidade Administrativa” e os riscos de incremento de uma cleptocracia..... 543
Mateus Bertoncini
27. Natureza processual e a inaplicabilidade da prescrição intercorrente para o passado: comentários ao art. 23, § 4º e 5º, LIA com as alterações da Lei Federal nº 14.230/2021..... 567
Hermes Zaneti Jr.
28. Acordo de Não Persecução Cível: a negativa de celebração é suscetível de revisão?..... 603
Emerson Garcia